

Fwd: Pedido de retorno sobre Digiecon e PL 2768

1 mensaje

Laura Scofield <laura@apublica.org>
Para: audiencia@elclip.org

4 de septiembre de 2025, 10:02

**Laura Scofield**

Repórter

Agência Pública

(11) 96900-8661

laura@apublica.org

apublica.org



----- Forwarded message -----

De: **Thais Garcia** <thais.schauen@gmail.com>

Date: ter., 2 de set. de 2025 às 16:29

Subject: Re: Pedido de retorno sobre Digiecon e PL 2768

To: <laura@apublica.org>

Oi Laura, tudo bem? Conforme conversado ontem, envio o posicionamento da deputada sobre os questionamentos recebidos. Espero que colabore com reportagem.

Agradeço a oportunidade de apresentar parte de minha atuação como parlamentar comprometida com o desenvolvimento digital do País.

Desde que fui designada relatora do PL 2768/2022 este mandato busca ouvir todos os interessados no que diz respeito à concorrência nos mercados digitais. Ciente de que não havia e ainda não há um modelo consagrado que sirva de exemplo para o aprimoramento da nossa legislação.

Participo regularmente de eventos nacionais e internacionais organizados por diferentes entidades, porque considero essencial ouvir uma ampla variedade de especialistas, parlamentares e representantes da sociedade civil para formar minhas convicções sobre os temas em que atuo. Inclusive em uma das oportunidades participei de um painel sobre o tema junto com o deputado relator da Lei de Mercados Digitais (DMA) aprovada na União Europeia, oportunidade na qual pude esclarecer as dúvidas sobre a aplicabilidade e efeitos da lei na UE.

Realizamos diversas audiências públicas no âmbito da comissão de desenvolvimento econômico (CDE), trazendo especialistas de diversos setores a fim de que colaborem com a discussão e a construção de um modelo de regulamentação com base nas experiências ao redor do mundo e com características que se adequem ao nosso país.

Seguimos com um seminário, com uma consulta pública, que na sequência teve uma nova consulta pública realizada pelo Governo Federal, e com visitas a agentes do Governo Brasileiro, reuniões dentro e fora do Brasil com autoridades e especialistas, instituições nacionais e internacionais.

O pedido de audiência pública que apresentei sobre o PL nº 2768/2022 não teve qualquer relação com a minha participação no evento. Esse pedido já havia sido formulado originalmente em 2024, quando tomei conhecimento do

estudo da ALAI, meses antes do convite para o DigiEcon. Esse estudo foi uma das diversas contribuições recebidas ao longo da tramitação do projeto (assim como recebo de entidades da sociedade civil, do setor acadêmico, de especialistas independentes e de associações empresariais). Meu papel como relatora é justamente garantir que todas as vozes sejam ouvidas no processo legislativo.

As preocupações que manifestei em audiências, como a necessidade de avaliar com cautela a aplicação de determinadas regras inspiradas no modelo europeu ao Brasil, são fruto das minhas próprias convicções, construídas a partir de estudo, diálogo com especialistas e escuta de múltiplas visões sobre o tema. Essas posições não derivam de uma entidade específica, mas de um processo amplo de reflexão e análise. Inclusive, em breve teremos outra audiência sobre um importante estudo fruto de um trabalho aprofundado por outra Instituição de reconhecido saber e que deve acontecer em breve também na CDE.

Ao longo desse processo, tenho dialogado com o Ministério da Fazenda, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), associações representativas de operadores de telecomunicações, reguladores estrangeiros (incluindo latino-americanos e europeus), além de representantes da academia e da sociedade civil. Cabe ainda registrar que o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também foram convidados a participar da audiência pública, mas optaram por não comparecer.

Reitero que meu trabalho como relatora é técnico e independente, próprio da função parlamentar que desempenho. Tenho profundo respeito pelo diálogo com o governo, com a imprensa e com todos os setores da sociedade, que devem ser ouvidos para a construção de uma regulação equilibrada, transparente e que coloque no centro o interesse público, a proteção dos consumidores, a segurança jurídica, a competitividade do País e o desenvolvimento digital do Brasil.

O meu mandato sempre considerou a economicidade do orçamento público e todas as missões que participei fora do país foram sem ônus para a Câmara dos Deputados. O histórico de todas as atividades nesse processo e que envolveram os recursos disponíveis ao mandato, estão colocados com transparência no portal da Câmara.

Meu gabinete segue à disposição para dialogar sobre este e outros temas de interesse público, sempre com transparência e compromisso com a sociedade.

Atenciosamente,
Any Ortiz
Deputada Federal

De: Laura Scofield [mailto:laura@apublica.org]
Enviada em: segunda-feira, 1 de setembro de 2025 17:30
Para: Dep. Any Ortiz; Thaís.schauen@gmail.com
Assunto: Pedido de retorno sobre DigiEcon e PL 2768

Boa tarde, deputada. Tudo bem?
Sou Laura Scofield, repórter da Agência Pública. Estamos fazendo uma reportagem sobre as estratégias de lobby das empresas de tecnologia e temos perguntas para a senhora.

1. A senhora compareceu ao evento DigiEcon 2025, organizado pela ALAI, no início deste ano. Por quê?
2. A ALAI cobriu os gastos da viagem da senhora? Se sim, quanto custou? Se não, como a senhora pagou pela viagem?
3. O evento abordou a regulação dos mercados digitais, tema do PL 2768/2022, que a senhora relata?

4. Um mês depois do evento, a senhora fez um pedido para uma audiência pública para debater um estudo da ALAI sobre o PL 2768/2022. Esse pedido tem relação com a ida da senhora ao evento? De que forma?
5. Por que a senhora pediu a audiência com base no estudo da ALAI, uma organização que representa as empresas de tecnologia?
6. Na audiência, a senhora repetiu os mesmos argumentos da ALAI, como o de que algumas regras do DMA não se aplicam ao Brasil, sendo que “seria necessário desenvolvê-las melhor”, e que a regulação dos mercados digitais poderia “impactar o custo para o consumidor que usa os serviços digitais”. Esses argumentos vieram da ALAI?
7. Uma fonte ouvida pela reportagem afirmou que a articulação da senhora com o PL 2768/2022 e a promoção da audiência pública representam um contraponto “ao momento do governo”, que tem debatido e proposto medidas de regulação dos mercados digitais. A senhora gostaria de se posicionar sobre isso?

Fico no aguardo do retorno até **terça-feira (01) às 17h**.

Agradeço desde já e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Laura Scofield

Repórter
Agência Pública

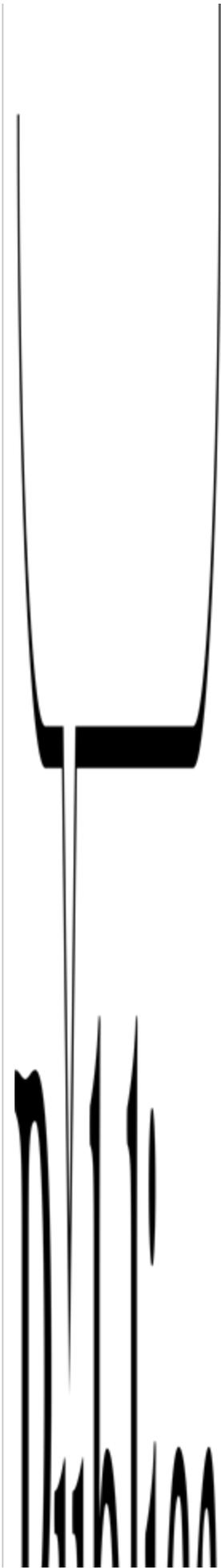
(11) 96900-8661

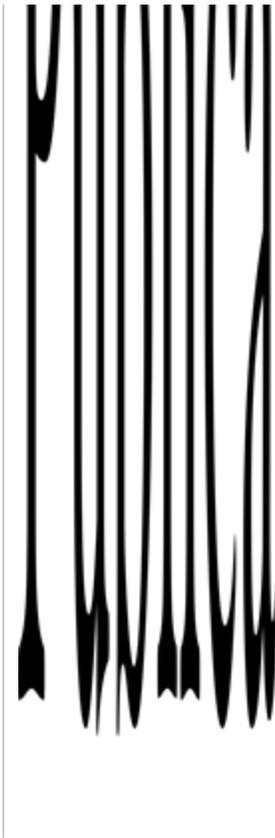
laura@apublica.org

apublica.org









--
Thais Schauenberg Garcia
Cel: (51) 98219.7070

Jornalista - 0018820/RS
Publicitária - 0001582/RS

[linkedin.com/in/thaissgarcia](https://www.linkedin.com/in/thaissgarcia)